

-----**ACTA**-----

-----**Da reunião ordinária de 17 de Abril de 2006**-----

-----Aos dezassete dias do mês de Abril de dois mil e seis, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Francisco Manuel Maurício do Rosário e Vereadores Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e José Carlos Silva.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra:-----

-----Sr^a Vereadora Manuela Cunha que solicitou ao Sr. Presidente que esclarecesse sobre as posições que tomou no quadro da CULT, perante a situação do concurso relativo às Águas do Ribatejo e as contrapartidas negociadas pela Câmara Municipal de Santarém, como tem sido noticiado nos jornais.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que não foi tomada nenhuma atitude que alterasse o status quo: os Presidentes das Câmaras, por unanimidade, suspenderam qualquer atitude em relação ao processo de concurso, até recolherem pareceres jurídicos que fundamentem qualquer futuro acto adjudicatório, inclusive o Presidente da Câmara de Santarém. A título de opinião pessoal acrescentou o Sr. Presidente que a atitude do representante de Santarém não é lesiva para o nosso Concelho e que o respeita pela posição de defesa do seu Concelho.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro referiu que, na semana passada, assistiu à apresentação pública dos Programas

Operacionais na qual foram focados dados sobre as NUT três e onde foi reconhecido, por unanimidade, que a NUT três da Lezíria do Tejo foi a que mais cresceu nos últimos dez anos, segundo os dados comunitários do Eurostat.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras a seguir designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----José Neves Martins, quarenta e dois; Diamantino Rodrigues Caniço Bento, quarenta e quatro; e COMPAL-Companhia Produtora de Conservas Alimentares, SA, sessenta e cinco, todos de dois mil e seis.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - o Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais pertencentes aos processos de obras abaixo indicados:-----

-----Panitejo- Sociedade de Panificação do Ribatejo, Lda, sessenta e sete de noventa e quatro; Manuel da Silva Lopes Barros, cento e quarenta e dois de noventa e sete; Clínica de Medicina Física e Reabilitação Almeirinese, Lda, duzentos e quarenta; Irene Maria Fidalgo Ribeiro Ventura, duzentos e setenta e seis; e Jorge Miguel Rita Pinheiro, duzentos e oitenta e seis, todos de dois mil e cinco; Carlos Albano Magalhães Sequeira Correia, cinquenta e dois; Mauro André Marta Ramos Alves Paulo, setenta e sete; Construções Valvirgo, Lda, oitenta e cinco; e Jorge Paulo Jesus Marques, oitenta e sete, todos de dois mil e seis.-----

-----**3 REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----URBANIZAÇÃO DO ALQUEVE - Foi presente o requerimento de Sérgio Almeida Roxo Apolinário, proprietário do lote cento e vinte e dois da Urbanização do Alqueve, solicitando a prorrogação do período de construção por mais dois anos, com vista à obtenção de empréstimo bancário necessário à construção.-----

-----A Câmara deliberou deferir.-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - A requerimento de Maria do Céu Esteves da Silva Inês, a Câmara deliberou certificar que não pretende usar o direito de preferência na venda que vai fazer do direito de superfície da fracção autónoma correspondente ao segundo andar direito do número quinze da Rua Dr. Ernestino da Conceição Rodrigues, em Almeirim.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - A Câmara tomou conhecimento das comunicações do Grupo Parlamentar do PCP respeitantes ao Transporte Ferroviário no Distrito de Santarém, ao Envio do IRS via Internet e à Interpelação e à Audição Parlamentar sobre as Condições de prestação e acesso aos serviços públicos essenciais.-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros ao serviço das entidades mencionadas, como segue:-----

-----Jardim de Infância número três de Almeirim, cento e noventa e seis euros e quarenta e seis cêntimos; Escola Moinho de Vento, quinhentos e setenta e sete euros e noventa e dois cêntimos; Escolas Moinho de Vento, Benfica e Foros, cem euros e quarenta e três cêntimos; Escolas Moinho de Vento e Cortiçóis, sessenta e três euros e sessenta e oito cêntimos; Escolas Moinho de Vento e Tapada, duzentos e quinze euros e oitenta e quatro cêntimos; Escolas de Fazendas, sessenta e um euros e quarenta e três cêntimos; Escola P três, duzentos e trinta e três euros e treze

cêntimos; Escolas P três e Tapada, quarenta e sete euros e dezoito cêntimos; Escola de Benfica, cinquenta euros e um cêntimo; USAL, duzentos e onze euros e noventa e sete cêntimos; Junta de Freguesia de Almeirim, duzentos e vinte e três euros e oitenta e cinco cêntimos; ALDESP, quatrocentos e setenta e sete euros e trinta e dois cêntimos; Rancho Folclórico Velhas Guardas de Almeirim, duzentos e trinta e quatro euros e quarenta e sete cêntimos; Escuteiros de Benfica do Ribatejo, sessenta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos; Lar de S. José, quatrocentos e oitenta e seis euros e noventa cêntimos; União Futebol Clube de Almeirim, cento e oitenta e sete euros e noventa e cinco cêntimos; Associação Desportiva de Marianos e Murta, mil e trinta e quatro euros e catorze cêntimos; grupo de Futebol do Pessoal da Câmara Municipal de Almeirim, cento e setenta e oito euros e vinte e dois cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município, três mil quatrocentos e noventa e três euros e setenta e seis cêntimos.-----

-----JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO - A Câmara tomou conhecimento do ofício da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, informando das iniciativas de carácter popular e comemorativo a levar a efeito durante o ano de dois mil e seis.-

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido da Organização do XV Torneio de Futebol Veterano Santeirim, a Câmara deliberou conceder uma transferência financeira de mil quinhentos e setenta e dois euros, com destino à edição do corrente ano, que decorrerá de vinte e cinco a vinte e oito de Maio.-----

-----ALDESP, EM - PRESTAÇÃO DE CONTAS - Com a presença do Revisor Oficial de Contas, Dr. João Careca, foram submetidos a apreciação do executivo o Relatório e Contas e Parecer do fiscal Único da ALDESP, EM, relativas ao ano económico de dois mil e cinco, documentos previamente distribuídos a todos os membros do executivo.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos salientou que a ênfase dada pelo ROC quanto à situação financeira da empresa permite a conclusão que, ou toma outro rumo, ou a Câmara faz injeção de capitais de forma permanente, ou pode considerar-se tecnicamente falida, e disse que é preocupante que nos últimos três anos os resultados sejam sempre negativos.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que, subjacente a estas questões há outras a ponderar: primeira, é o facto de, no complexo de Piscinas, a Câmara praticar preços que podem ser considerados sociais, ou, em alternativa, fixar preços que cubram os custos dos serviços; segunda, manter a isenção de preços na utilização pelas colectividades do Concelho, quanto aos Pavilhões, ou passar a cobrar as utilizações, o que ajudaria a diminuir o défice. Mas em ambas as perspectivas devemos ponderar se exigindo o pagamento a todos, continuaremos a ter praticantes.--

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou se os preços praticados pela ALDESP são achados em função do preço de custo do serviço prestado.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro exemplificou que, para apoio à modalidade ténis são necessários quatro funcionários e o que os praticantes pagam só cobre os custos com o professor. Nas Piscinas, haver uma frequência de seiscentas ou mil pessoas, o custo fixo é o mesmo. E acrescentou que a única piscina que conhece que dá lucro é a de Mafra.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que o Relatório de Gestão refere cerca de mil inscritos na Escola Municipal de Natação e seis dezenas de inscritos na Escola de ténis e calculou que, se só oitenta por cento frequentarem o ano inteiro, representa a verba constante da cobrança anual, de trezentos e cinquenta e dois mil euros, não contando com as outras receitas de utilização livre, época balnear e ténis - contas feitas a partir dos números das Contas patenteadas. E acrescentou que o ténis em Almeirim não tem característica social e tem o mesmo preço que uma escola de Santarém. Relativamente às Piscinas, há três anos, a cobrança aos particulares estava na média alta dos preços cobrados no

Distrito. Para alegar que o preço é social é preciso demonstrar o custo por utilizador, em comparação com a receita respectiva, e como isso nunca foi aqui demonstrado, tem direito a ter dúvidas. Disse que quem fiscaliza as contas e tem de as aprovar tem de estar na posse de todos os dados para analisar e este ano é o primeiro em que é apresentado o Anexo, que é de apresentação obrigatória. Pegando nos números do próprio Relatório, que não são explanados, retira a conclusão que não foram efectuados os procedimentos a que a lei obriga durante anos e por isso tem toda a legitimidade para se questionar sobre as contas.-----

-----O Sr. Vice-Presidente, dirigindo-se à Sr^a Vereadora, disse que a sua intervenção põe em causa uma quantidade de pessoas.---

-----A Sr^a Vereadora respondeu que o controlo sobre as contas, a este nível, é político e obriga a que tenha de ser compreendido todo o funcionamento da empresa, a começar pelo real número de utilizadores.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro, lendo os elementos distribuídos, referiu «cerca de mil inscritos», acrescentando que os inscritos não serão todos praticantes e que o acréscimo de receita é de cerca de vinte e oito mil euros. Em remunerações há um decréscimo de despesa de seis mil euros, para um total de vinte e dois trabalhadores, distribuídos por pavilhões, piscinas e ténis.-----

-----O ROC corroborou que na prestação de serviços se constata um aumento de receita.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que ficou a saber agora estes elementos e perguntou se estão todos ao serviço da empresa.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro respondeu que só não constam os profissionais liberais e reafirmou os custos sociais que o Município cobre, porque patrocina a prática da natação aos alunos das escolas secundária e preparatórias e que representam dezenas de milhares de euros de despesa.-----

-----A mesma Vereadora perguntou a que se refere a rubrica de fornecimentos e serviços externos, ao que o ROC respondeu que se refere a honorários de docentes de profissão liberal,

conservação, gás, limpeza, segurança. A Sr^a Vereadora reiterou o seu direito a ter conhecimento de tudo porque a lei lhe faculta esse direito inerente ao voto. O ROC informou que estão patenteadas todas as peças legais obrigatórias por lei, para esse efeito.-----

-----Disse a Sr^a Vereadora Manuela Cunha que as peças aqui apresentadas estão pela primeira vez como a lei manda e a questão está no direito político dos Vereadores e, como Vereadora, tem acesso a qualquer documento da Câmara. Nestas Contas despertou-lhe a atenção a verba de donativos no ano de dois mil e quatro, superior a doze mil euros e o descoberto de dois mil e cinco de mais de quinze mil euros e solicitou explicações.-----

-----O Sr. Presidente, referindo-se ao desvio alusivo à última importância informou que o assunto está em segredo de justiça, a Polícia Judiciária fez investigações e a Câmara ainda não foi notificada do Relatório do Ministério Público.-----

-----O Sr. Vice-Presidente acrescentou que a funcionária em causa não aceitou o despedimento e foram-lhe pagos o vencimento e as regalias sociais que reclamou. E referiu que existe a tendência a fazer um entendimento distorcido em relação à empresa, nem sempre o que está escrito nos agrada, embora os números não possam ser postos em causa, porque provêm do trabalho de pessoas honradas e sérias que sabem fazer o seu trabalho. O que não aceita bem é que não se encontre maneira de resolver os problemas: a empresa municipal é útil, tem prestado um óptimo serviço à população e o Município é o único detentor do capital. Até a oposição já percebeu que a E.M. tem prestado um bom serviço, nomeadamente com as escolas municipais de andebol, natação e ténis, que não pôs em causa. Para o Presidente do Conselho de Administração não é agradável apresentar um Relatório destes, mas há que escolher se queremos tratar a empresa como qualquer outro departamento da Câmara. Está feito o Estudo de Viabilidade Económica que será em breve discutido e, espera, que na óptica da viabilização da actividade da empresa.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que a Câmara tem de definir o que vai fazer para salvar a actual ALDESC.-----

-----O Sr. Presidente concordou que alguma coisa tem de ser feita para alterar os resultados, mas não à custa da Câmara.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que os custos têm aumentado de ano para ano e há que travar esse aumento.-----

-----O Sr. Presidente disse que devem ser aperfeiçoados os processos contabilísticos que patenteiem as responsabilidades da Câmara, embora os oitenta e dois mil euros negativos não representem um resultado assustador, face ao que a autarquia fornece. Pode haver alguma alteração dos custos mas sai dos cofres da autarquia, inclusive os custos com os pavilhões desportivos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que durante vários anos o Conselho de Administração esteve a funcionar ilegalmente e não era apresentado relatório semestral. Por exemplo, o problema do desvio não foi aqui apresentado a tempo. E acrescentou que a lei determina que haja um auto de transmissão dos bens à ALDESC.-----

-----O Sr. Vice-Presidente lembrou que o património se mantém na posse do Município, a empresa só faz a sua gestão.-----

-----A mesma autarca respondeu que não é bem assim e a prova é que no primeiro ano só constava a exploração das Piscinas.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro realçou várias questões: os custos administrativos e de pessoal baixaram, aumentou o serviço de reparações e de actividades desportivas, foram contratadas duas professoras para substituir uma que se encontra de licença por maternidade, a qualidade do serviço prestado melhorou e a prova é que temos utentes doutros concelhos que dispõem de piscinas mais novas e mais baratas. Gostaríamos de não ter o problema do défice, mas é a verdade dos números que leva a espelhar a real situação e se tivessem de ser integrados nos quadros da Câmara todos os funcionários da ALDESC, os custos passariam para o triplo.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha sugeriu que não se espere pela apresentação das Contas do próximo ano para ser apresentada informação detalhada das receitas e custos por actividade.-----

-----Postos à votação os instrumentos financeiros respeitantes às Contas da ALDESP do ano económico de dois mil e cinco, foram os mesmos aprovados por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos, não tendo participado na votação o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador José Carlos Silva, impedidos nos termos da alínea a) do número um do Artigo quarenta e quatro do CPA.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha leu a seguinte declaração de voto: « Voto contra e faço voto de vencido, o Relatório de Contas da ALDESP apresentado pelo Conselho de Administração da ALDESP e o Parecer do Fiscal Único pelas razões a seguir expostas, no entanto quer considerar positivo o facto que pela primeira vez foi apresentado o anexo ao Balanço e demonstração dos resultados.-----

-----Um- A empresa está tecnicamente falida. O défice crónico de exercício em mais de cinquenta por cento do capital social que tem caracterizado a gestão da empresa desde dois mil e um (desconheço a situação anterior à minha eleição) acentuou-se ainda mais este ano, atingindo oitenta e dois mil quinhentos e cinquenta e dois euros e setenta e oito cêntimos, isto é, cerca de cento e sessenta e cinco por cento do capital social. Esta situação é tanto mais grave quando a Câmara tapou, mais uma vez, os resultados negativos do ano anterior repondo o capital social da empresa no valor de cinquenta mil euros.-----

-----Dois- Por outro lado o Relatório de Gestão, apresentado tal como no ano anterior, não permite aos vereadores da oposição que o têm de votar, fazerem uma avaliação correcta da relação custo/desempenho de cada actividade desenvolvida pela empresa, as receitas e prejuízos que cada uma delas gera, em específico, os custos com o pessoal associado, a cada actividade, ou com a manutenção dos equipamentos entregues à gestão da ALDESP (sendo que alguns destes equipamentos foram entregues à gestão da Empresa sem prévia deliberação da Câmara Municipal). Ora os números apresentados de utentes que recorrem aos serviços prestados pela empresa e as tarifas praticadas pela mesma, levam qualquer cidadão que saiba fazer contas, a ter outras

expectativas em relação às receitas que a empresa deveria gerar. A ausência da informação detalhada, que acabo acima de referir, leva a legitimar dúvidas que deveriam ter sido sanadas pelo novo Conselho de Administração, nesta prestação de contas que já é da sua competência.-----

-----Três- Os documentos apresentados, não permitem avaliar se o novo Conselho de Administração pôs cobro ao desleixo, à falta de transparência e às irregularidades que caracterizaram a gestão da ALDESP, EM, levada a cabo pelo anterior Conselho de Administração. Foi o deficiente controle de tesouraria e de acompanhamento da gestão corrente da empresa por parte do Conselho de Administração anterior que permitiu o descoberto de caixa no valor de cerca de quinze mil quinhentos e noventa e nove euros. Aliás é bom sublinhar que sobre esta matéria não vem também nenhuma informação no relatório de gestão.»-----

-----O Sr. Presidente declarou: Voto a favor das Contas porque nos são apresentadas com o cumprimento de todas as disposições legais, assim como de todo o movimento anual de exploração da ex-ALDESP, inclusive a dos equipamentos que tem à sua disposição. Não deixo de salientar o facto de as contas ora apresentadas nos revelarem um saldo negativo de exploração de oitenta e dois mil quinhentos e vinte e três euros, que considero excelente indicativo da boa gestão, tendo em conta a quantidade e a qualidade dos serviços prestados aos utentes.----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou: Voto contra, apesar do Relatório e Contas da ALDESP cumprir o disposto na lei, isto é, trazer todos os documentos de suporte da Demonstração de Resultados, por considerar preocupante o agravamento anual sucessivo das Contas da ALDESP. Em dois mil e três verificou-se um prejuízo de trinta e dois mil trezentos e setenta e cinco euros e quarenta e um cêntimos, em dois mil e quatro verificou-se um prejuízo de cinquenta e nove mil seiscentos e trinta e quatro euros e nove cêntimos e no ano de dois mil e cinco, um prejuízo de oitenta e dois mil quinhentos e vinte e dois euros e setenta e oito cêntimos. Isto evidencia que é preciso tomar novas orientações no seio do Conselho de

Administração da ALDESC. O PSD não esquece as funções sociais desempenhadas pela empresa municipal, no entanto demonstra a sua preocupação pelo facto das despesas estarem a aumentar. Por último, o PSD espera que em breve o Conselho de Administração da ALDESC apresente o Estudo sobre a viabilidade económica e financeira da empresa, para que possa ajuizar de forma clara e plena as medidas que deverão ser adoptadas. Por último, quanto à questão de transferência do património, apesar de existir disposição estatutária no pacto social da ALDESC, é meu entendimento que deverá haver um acto de concretização dos bens que devem ser afectos à gestão da ALDESC, pelo que recomendo que o executivo deverá deliberar quanto aos bens a ser transferidos para a empresa. Os bens futuramente a transferir também deverão ser passíveis do mesmo procedimento.-----

-----O Sr. Presidente propôs a concessão à ALDESC de um subsídio de oitenta e dois mil quinhentos e vinte e três euros, valor do saldo negativo da exploração de dois mil e cinco, a cumprir até ao fim do corrente ano, com o que o executivo concordou, por maioria, não tendo participado nesta votação o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador José Carlos Silva.-----

-----Às dezassete horas saiu o Sr. Vereador Pedro Ribeiro.-----

-----PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2005 - Foi apresentada a Prestação de Contas relativa ao ano económico de dois mil e cinco, previamente distribuída por todos os autarcas, contendo todos os documentos elencados no Anexo I à Resolução número quatro de dois mil e um, do Tribunal de Contas, Segunda Secção, integralmente elaborados, os quais vão ficar arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.----

-----Os Documentos de Prestação de Contas demonstram uma execução da receita no montante de catorze milhões cento e quarenta e sete mil novecentos e dezanove euros e cinquenta e nove cêntimos e uma execução da despesa no montante de catorze milhões oitocentos e treze mil oitocentos e oitenta e dois euros e setenta e nove cêntimos.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos colocou questões relativas à publicitação legal de obras no Diário da República e à concessão de um subsídio no ano transacto, lembrou que falta o organigrama geral da Câmara e que no mapa oito, dois, sete não estão referidas as imobilizações em curso e disse que os valores dos mapas dos contratos não coincidem com os valores do Relatório. O Sr. Presidente respondeu às perguntas colocadas.---

-----Disse ainda o mesmo Vereador que o passivo aumentou trinta e um por cento, o grau de cumprimento do Orçamento em despesas correntes é de oitenta e sete por cento, que o PPI de dois mil e cinco teve uma execução de sessenta por cento e, apesar do imobilizado estar reflectido, falta o inventariado.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que nestes Documentos foi incluída uma acta não rubricada e tem de ser substituída, não pode ser esta fantochada.-----

-----Submetidos a votação, foram os Documentos de Prestação de Contas aprovados por maioria, com quatro votos a favor e os votos contra dos Srs. Vereadores Pedro Pisco dos Santos e Manuela Cunha.-----

-----EMPRESTIMO DE € 771.405,00 - O Sr. Presidente propôs a contracção de um empréstimo a médio/longo prazo de setecentos e setenta e um mil quatrocentos e cinco euros, para o qual o Município dispõe de capacidade de endividamento, conforme comunicação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, de acordo com o rateio de amortizações pagas em dois mil e quatro e destinado a investimentos constantes no PPI para o corrente ano, nas obras e montantes cuja relação apresentou e que fica arquivada no maço de documentos respeitante a esta acta.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, contrair o empréstimo nas condições propostas, com a abstenção do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO - O Sr. Presidente disse que lhe têm chegado manifestações de desagrado contra o Agrupamento Vertical de escolas e o conteúdo da Carta Educativa, no que

concerne ao aconselhamento com vista ao Agrupamento Vertical. E acrescentou que concordou com o documento porque comportava o parecer favorável do Conselho Municipal de Educação. Todavia, se o autor do estudo apresentar uma proposta alternativa fundamentada e se o executivo e a Assembleia Municipal entenderem aceitá-la, poderá ser efectuada a revisão que for considerada oportuna.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha lembrou que fez um conjunto de sugestões de alteração na outra reunião, deu o seu contributo, mas a versão final manteve-se inalterada.-----

-----Submetida a votação, foi a Carta Educativa do Concelho aprovada por maioria, com o voto contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS - O Sr. Presidente colocou à apreciação a alteração à Tabela de Taxas e Licenças, na parte respeitante à Feira Mensal, previamente distribuída a todos os autarcas. Justificou a necessidade de actualização pelo facto de se aproximar a conclusão das obras no recinto que oferecerão mais condições aos comerciantes, das taxas não serem revistas há seis anos, ao que o Sr. Vereador José Carlos Silva acrescentou a actualização dos preços da segurança, brigada de limpeza, GNR e outras despesas correntes, para além do cômputo com as autarquias próximas.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou se as taxas ora propostas são suficientes para cobrir as despesas, tendo sido respondido que não completamente.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, que deverá ser submetida a apreciação pública.-----

-----I REVISÃO ORÇAMENTAL - O Sr. Presidente submeteu a apreciação a sua proposta de Revisão ao Orçamento para o ano em curso, no montante de duzentos e oitenta e cinco mil e seis euros e quarenta e sete cêntimos, previamente distribuída a todos os autarcas, informando que contem as receitas do empréstimo bancário aprovado pela Assembleia Municipal e o saldo da gerência.-----

-----Passando a votação foi este instrumento financeiro aprovado por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----REGULAMENTO DO PRÉMIO PARA OS MELHORES ALUNOS (DR. ANTÓNIO NUNES DO CARMO CLÁUDIO)-----

REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE PESCA DESPORTIVA DO PEGO DA RAINHA - Tendo cumprido o período de apreciação pública sem que se verificassem quaisquer reclamações, a Câmara deliberou aprovar os Regulamentos em título e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal.-----

-----2 - PESSOAL-----

-----CONCURSO PARA CONDUTOR DE MÁQUINAS PESADAS - Foi presente a Acta Relatório da Comissão para a selecção de candidatos à oferta pública de emprego para preenchimento de dois lugares de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo prazo de um ano, eventualmente renovável por igual período e que contem a classificação dos candidatos, como segue:-----

-----Primeiro, Rui Manuel Montalvo Pombas Sérgio, com quinze, vírgula sete centésimos valores; e segundo, António Augusto Bastos dos Santos, com quinze valores.-----

-----A Câmara deliberou homologar, por maioria, com a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha que declarou que não lhe foram facultados elementos concretos relativamente às pessoas a prover, mas tão só aos lugares.-----

-----3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente o requerimento de José António Rodrigues Cláudio solicitando que não lhe seja tributada a compensação a que se refere o número quatro do Artigo cinquenta e quatro do Regulamento da Zona de Actividades Económicas, em virtude de ter adquirido o lote por

escritura de vinte e seis de Abril de dois mil e um, com a intenção de o vender para uma fábrica de bolos e de ter havido demora na aprovação do projecto apresentado em Abril de dois mil e quatro, por parte dos serviços municipais.-----

-----Tem informação do consultor jurídico no sentido de que, se a Câmara quiser atender ao atraso na aprovação do projecto, poderá ponderar o período de demora do projecto nos serviços, reduzindo a compensação a pagar a cinquenta por cento.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha manifestou a sua abstenção e disse continuar a achar que o consultor jurídico deve prestar as suas informações a computador.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos considerou que o pagamento deve ser feito pelo valor previsto no Regulamento, com o que o restante executivo concordou, confirmando o valor da compensação em vinte e um mil quatrocentos e cinco euros e seis cêntimos.-----

-----Não participou na deliberação que segue a Sr^a Vereadora Manuela Cunha, por se considerar legalmente impedida.-----

-----O Sr. Presidente referiu que foi recentemente devolvido o lote número sessenta e sete da Zona de Actividades Económicas com mil quinhentos e trinta e três metros quadrados e propôs a sua atribuição a Remepral - Rectificação Mecânica de Precisão de Almeirim, Ld^a.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, atribuir o lote de acordo com a proposta do Sr. Presidente.-----

-----Retomou o seu lugar a Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Às dezoito horas e trinta e três minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Chefe de Repartição